



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
CURSO DE PEDAGOGIA

CONSELHO ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: OS
DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES NA
ESCOLA

HUMBELINA CABRAL RIBEIRO

MARABÁ-PA

2014

HUMBELINA CABRAL RIBEIRO

**CONSELHO ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: OS
DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES NA
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia apresentado à Universidade Federal do Pará – (UFPA), Campus de Marabá, em convênio com o Plano Nacional de Formação de Professores do Ensino Básico (PARFOR) como requisito para aprovação, mediante banca examinadora.

Orientadora: Professora Amanda Caroline Soares Freire.

MARABÁ-PARA

2014

CONSELHO ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES NA ESCOLA

HUMBELINA CABRAL RIBEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, para a obtenção de conceito para a conclusão do curso de licenciatura plena em pedagogia, sendo-lhe atribuída à nota “_____”(_____), pela banca examinadora formada por:

Amanda Caroline Soares Freires

MARABÁ/PARÀ
2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores e as pessoas amigas que contribuíram para mais essa conquista na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Eu, Humbelina Cabral Ribeiro, agradeço a meu amado e eterno Deus e ao meu senhor Jesus Cristo. Tenho a honra em agradecer-lhes por ter me sustentado e me dado forças durante toda essa caminhada, humildemente para lutar contra todas as dificuldades e agradeço pela determinação para permanecer sempre perseverante na minha trajetória universitária.

Agradeço também aos meus pais João e Francisca que me trouxeram ao mundo e com poucos conhecimentos me ensinaram os caminhos que deveria seguir e por ser a primeira filha a conquistar este objetivo, agradeço também a meu esposo Antônio Marques que muito contribuiu me incentivando e principalmente pela compreensão durante minha ausência.

Agradeço também aos meus filhos Alex, Aelisvaldo Aelesandra e Aelesandréia.

EPIGRAFE

Elevo os meus olhos par aos montes de onde me virá o Socorro.

O meu Socorro vem do senhor que fez o céu e a terra.

SALMO 121: 1 e 2

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO	
1.1 Aspectos Gerais _____	13
1.2 História da Educação no Campo _____	15
1.3 Democratização da Escola do Campo. _____	16
1.4 A Importância do Projeto Político Pedagógico na Gestão Democrática da Escola _____	18
CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA	
2.1 Gestão Democrática e o Conselho Escolar da Escola do Campo _____	19
2.2 Representações do Conselho Escolar _____	22
2.3 Conselho Escolar: participação responsável da comunidade _____	25
CAPÍTULO III - PESQUISA DE CAMPO	
3 1 O Conselho Escolar em uma Escola do Campo no Município de Marabá: limites e avanços. _____	28
3 2 Histórico da Escola do Campo PedroVale _____	29
3 3 Etapas da pesquisa e metodologia utilizada.....	32
3 4 Tratamento e análise dos dados. _____	32
3 5 Apresentação e resultado da pesquisa. _____	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS E/OU APENDICES.....	50

RESUMO

Este trabalho apresenta a temática: **GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO** Estudo de caso na zona rural do município de Marabá - Pará, com ênfase ao Conselho Escolar da Escola “Pedro Vale” localizado no assentamento - P.A. Carimã tendo como objeto de análise saber como funcionam os conselhos escolares das escolas do campo verificando e descrevendo os seus desempenhos mediante as gestões democráticas das escolas do campo. Esta pesquisa fundamentou-se no referencial teórico-metodológico de: ARROYO (2006), ALONSO (1998), BOF (2006), DIAS (2001), FERREIRA (1998), LIMA (2004), GRACINDO (2006), LUCK (2006), LIBÂNEO (2004), entre outros, para a discussão sobre as atuações dos conselhos escolares nas escolas do campo. O estudo é uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizamos como instrumento de coleta de dados questionário dos quais participaram os conselheiros da escola Pedro Vale. Os resultados do estudo revelam que os conselheiros das escolas do campo pesquisadas estão conscientes dos seus papéis na construção e no desempenho de uma gestão democrática nas escolas. Concluímos que os conselhos das escolas rurais pouco diferem dos conselhos das escolas urbanas em termos estruturais. No entanto as dificuldades cotidianas são mais exacerbas.

PALAVRAS CHAVE: Desempenho, Participação, Dificuldades.

SUMMARY

This work presents the theme: DEMOCRATIC MANAGEMENT in SCHOOL case study FIELD in rural municipality of Marabá-Pará, with emphasis on the School Board of the School "Pedro Vale" located in the settlement-A.p. Carimã having as object of analysis to know how school boards operate field schools verifying and describing their performances through the democratic management of schools in the field by comparing them with the advice of urban schools this research was based on theoretical-methodological: ARROYO (2006), ALONSO (1998), BOF (2006), DIAS (2001), FERREIRA (1998), LIMA (2004), GRACINDO (LUCK (2007), LIBÂNEO (2004), among others, to the discussion on the roles of school councils in the schools of the field study is a qualitative and quantitative approach. We use as an instrument of data collection questionnaire from which the school Councillors Pedro Vale the study results show that the directors of the schools surveyed are aware of the field..

KEYWORDS: performance, Participation, Difficulties.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Foto da reunião da comunidade e do conselho escolar na escola Pedro Vale localizada no P. A Carimã na zona rural do município de Marabá Pará. _____29

FIGURAS 2, 3, E 4: Manifesto dos conselheiros e comunidade do P.A. Carimã na secretaria de educação de Marabá, reivindicando a construção da escola que fora embargada pelo ministério público, por apresentar danos e perigo para professores e alunos.02/2014 _____30

INTRODUÇÃO

A gestão democrática da Escola do Campo vem sendo bastante discutida no espaço escolar. Portanto essa pesquisa procura analisar, quais são as principais atividades que evidenciam o desenvolvimento da gestão democrática na zona rural do município de Marabá. Por atuar na área educacional do campo desejo aprofundar os meus conhecimentos para trabalhar com eficiência e segurança na escola Pedro Vale no assentamento P. A. Carimã no referido município.

Posso refletir sobre a gestão de uma escola que desenvolve seu pensamento reflexivo como uma grande potencialidade entrelaçada de pessoas com processo a uma gestão que se faz realizar perpassando esse conhecimento para o bem das pessoas, transmitindo assim como o centro da arena educativa, não apenas para o aluno mais que envolve todo corpo e a equipe humana que contribui e constituía a escola.

Nessa linha de pensamento, vejo a escola como um lugar social para o desenvolvimento humano.

Macedo, assim define a escola:

Comunidade educativa, sistema local de aprendizagem e formação: grupo constituído por alunos, professores, pais/encarregados de educação, representantes do poder autárquico, econômico e social que, compartilhando um mesmo território e participando de uma herança cultural comum, constituem um todo, com características específicas e com uma dinâmica própria (1995: P. 68).

Nesse projeto pretendo investigar os modelos de gestão das escolas públicas municipais da zona Rural, dando ênfase a Escola “Pedro Vale”, localizada no assentamento Curimã no município de Marabá, no intuito de identificar fatores que tornam essa gestão democrática a luz de autores como: - Fernandes, Ferreira, Gracindo, Libâneo, Dias, Lima, Silva, Arroyo e Boff entre outros.

A escola do campo por ter um espaço territorial diferenciado da escola urbana, precisa de espaços e práticas pedagógicas diferenciadas. É necessário que o educador adeque seus planejamentos e sua prática de ensino, conforme suas peculiaridades, e a gestão, por sua vez, precisam ser sensíveis para perceber como intervir nas situações críticas da escola.

O interesse de realizar essa pesquisa se deu pelo fato de trabalhar em uma escola da zona rural e vivenciar essa realidade cotidianamente, além do mais, exerço a função de

diretora em uma escola do campo. Desse modo, desejo aprofundar minha fundamentação teórica acerca de um assunto persistente e que faz parte da minha vida pessoal e profissional.

A gestão democrática na escola do campo, sempre fica em segundo pensamento social, então é necessário que haja um olhar de igual modo e parar de ver a escola do campo, como um espaço que pouco pode acrescentar para o desenvolvimento do país, do estado ou do município de Marabá.

É importante ressaltar que os espaços das escolas do campo têm suas riquezas naturais e seus valores. Onde é interessante pensar na construção do espaço escolar, não tão somente com um olhar de um campo agrícola, um campo que planta e colhe, mas que produz e constrói e que também prepara para a cidadania. Que quer ser valorizada pelos seus aspectos educacionais, culturais e socioeconômicos, visando programar as ações governamentais destinados a educação rural,

Para isso, as escolas do campo-zona rural, de Marabá, em sua maioria contam hoje, com a participação efetiva dos Conselhos Escolares, que é um modelo de gestão democrática que rompe com a ideia de que o gestor é o “dono da escola” e poder fica centralizado a uma única pessoa. As ideias são pensadas e decididas pelos representantes de cada categoria dos membros dos conselhos que fazem parte da comunidade escolar. Decisões estas, que devem estar focalizadas ao benefício do desenvolvimento escolar dos alunos que geralmente são filhos de camponeses, buscando sempre, inserir no currículo escolar, a realidade social na qual a escola se encontra, valorizando o meio ambiente e trabalhando com a sustentabilidade.

O objetivo deste trabalho é analisar e descrever as principais atividades desenvolvidas pela equipe gestora do Conselho Escolar que evidenciam a gestão democrática na Escola. Objetivo também conhecer as funções e as ações desenvolvidas pela equipe gestora de uma escola do campo zona rural do município de Marabá no Estado do Pará.

Essa pesquisa de campo será realizada na Escola do Campo Pedro Vale, localizada no assentamento P. A. - Carimã, do município de Marabá no Estado do Pará e será confeccionada através da minha intervenção com a elaboração e aplicação de questionário de pesquisa com perguntas quantitativas e qualitativas direcionadas aos membros da comunidade escolar e em especial aos membros do Conselho desta Escola. Além disso, utilizarei uma vasta pesquisa bibliográfica, bebendo nas fontes de diversos autores sobre estes temas, a fim

de enriquecer minhas habilidades e dinâmicas pedagógicas e poder realizar um estudo com qualidade e eficiência.

Desse modo, este trabalho será apresentado em três capítulos, onde inicialmente falarei da Gestão Democrática Escola do Campo após isto, discutirei a importância do Conselho Escolar na Gestão Democrática e posteriormente explanarei sobre o Conselho Escolar em uma escola do campo no município de Marabá limites e avanços.

Neste trabalho estarei apresentando o resultado da pesquisa de campo, exposta através de gráficos quadros e tabelas, que irão me dar respostas necessárias as minhas hipóteses, servindo ou não de parâmetros para a formulação de políticas públicas por parte dos poderes públicos legalmente constituídos no sentido da melhoria das gestões escolares nas Escolas do campo zona rural do Município de Marabá.

CAPÍTULO I - GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO

1.1 ASPECTOS GERAIS

Quando analisamos a história da educação, verifica-se que a Educação do Campo começa a obter espaço no cenário nacional, como exigência republicana, quando há o reconhecimento do direito à diferença e quando há ampliação do conceito de cidadania, não apenas vinculado aos que vivem na cidade. Educação do Campo surge, como a explicitação do respeito e valorização de milhares de brasileiros que se constituem como cidadãos em pleno gozo de seus direitos sociais.

No entanto tanto os governantes como os intelectuais e autoridades de ensino acreditam que os desafios da educação estão na falta de estruturas das escolas, no despreparo dos professores, na falta de material didático adequado, ou no transporte escolar deficiente. Porém o grande desafio na verdade está na mudança do modelo educacional e na política escolares implantadas pelo sistema nas escolas do campo.

A escola que temos no campo não prepara as crianças nem para o mundo urbano e nem para o mundo do campo com suas diferentes expressões culturais, de organizar a vida, de convivência. Mas sim, para serem subservientes à lógica do capitalismo. Ou para serem explorados, espoliados e nada mais.

Nesse contexto, a Educação do Campo é parte essencial do desenvolvimento territorial, que se configura como espaço que reúne, simultaneamente, condições de moradia, trabalho e educação.

Segundo um estudo feito pela Ação Educativa sobre as políticas públicas para a Educação do Campo foram ouvidos atores e gestores da área educacional, que apontaram a não existência, de, uma política para a Educação do Campo, na medida em que o acesso ao ensino fundamental não está garantido para a população do campo e muito menos o acesso aos demais níveis, conforme mostram também os dados do INEP Instituto Nacional de estatística e prognósticos INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE, apresentados anteriormente. (Gracindo 2006 p. 26)

No entanto, é preciso chegar a uma definição de política pública como expressão de uma política nacional e não de compartimentação. Essa política deve contemplar a formação

de professores, financiamento e garantia de uma expansão da rede que evite o deslocamento dos estudantes do campo para a cidade, numa proposta pedagógica que se pautem em princípios que vejam o campo como espaço próprio de vida e de realização da humanidade.

Contudo, a política social do Brasil tem um viés urbano que faz que ela chegue ao campo atravessado, com professores despreparados, com metodologia e currículos incompatíveis com aquela realidade.

Todavia a própria secretaria do Ministério da Educação e Cultura MEC, responsável pela Educação do Campo, assinala que as políticas públicas para este grupo social acabam voltadas para o desenvolvimento econômico e social em franco privilégio ao espaço humano em detrimento da vida no meio rural.

Quanto à identidade da Escola do Campo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, após estabelecerem a necessidade de adequação dessas escolas às demais Diretrizes de Educação Básica Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena, Educação Profissional de Nível Técnico e Formação de Professores em Nível Médio em magistério, definem a identidade da Escola do Campo.

Para Gadotti (1997, p. 66):

É necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas para isso, há que se criarem as condições concretas para seu exercício. Toda a prática educativa tem um embasamento teórico-filosófico, ou seja, a ação educativa exercida por todos que fazem a escola é o ponto de toda gestão já que o principal objetivo da escola é o desenvolvimento do indivíduo.

Nesta mesma linha de pensamento existem duas maneiras de ver a gestão educacional centrada na escola. Na Perspectiva Neoliberal – onde a escola e a comunidade assumem toda a responsabilidade de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais, liberando o Estado de qualquer participação ou responsabilidade. Na Perspectiva Sócia crítica – está sob o princípio de valorização do profissional, de seu interesse e interação autonomia e participação, sem com isso liberar o Estado de suas responsabilidades (Libâneo, p. 295).

Planejar, organizar, dirigir e avaliar estes procedimentos é o que designa a Gestão, como uma atividade que põe em ação um sistema organizacional. Portanto como nos aponta Libâneo (2003, p.294) “A organização e gestão da escola correspondem à necessidade da instituição escolar dispor das condições e dos meios para a realização de seus objetivos específicos”.

Segundo o mesmo autor (2003, p.293):

A organização e a gestão referem-se ao conjunto de normas e diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais assim como a coordenação e o acompanhamento do trabalho das pessoas.

1.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.

Não existe gestão democrática sem a participação da comunidade, tanto a escolar como a comunidade próxima da escola. Se a gestão não for participativa, não existe gestão escolar e sim um sistema autoritário que toma suas próprias decisões sem levar em consideração as ideias do restante da comunidade escolar.

Veja o que diz (LIMA, 2002, p. 42)

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção (LIMA, 2002, p. 42)

Se o gestor não gostar de sua profissão certamente a administração da escola não funcionará a contento. O gestor tem que ser um mestre de ofício, ou seja, alguém que possua amor á sua profissão. O gestor também tem que ser ético legal e amigo de toda comunidade.

Não podemos deixar de citar o descaso político com o setor educacional rural brasileiro que se estabeleceu desde os primórdios da colonização brasileira, pois por muito tempo a economia brasileira foi pautada com base na escravidão no latifúndio e no monopólio das monoculturas agrícolas, não permitindo que o setor educacional se desenvolvesse de forma plena.

Somente em meados do século vinte, com o surgimento da industrialização e a decadência do monopólio agrícola, foi que os governos incentivaram de formas tímidas o sistema educacional brasileiro, para atender de mercado da nova ordem que se iniciava.

Após a abertura política e a redemocratização do país começaram a surgir movimentos organizados na sociedade brasileira que defendiam a educação no campo com mais

dinamismo e qualidade. Após este momento o assunto passou a ter algum interesse nas políticas nacionais de educação.

Outro grande desafio da escola brasileira é também a gestão nas escolas públicas no diz respeito à inclusão social, onde as oportunidades de estudo devem ser ofertadas para todos sem distinção.

Certamente que já existem esforços governamentais enquanto políticas públicas neste sentido, mas por força de vontades políticas ficam retidos muitas vezes nas gavetas das secretarias e não conseguem ser implementadas a contento.

Discursos de governos neoliberais procuram implantar políticas que minimizam os deveres do Estado brasileiro, indo de encontro com o diz a constituição brasileira, que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Neste sentido, o Estado muitas vezes se ausenta de seus deveres deixando por conta da iniciativa privada a função de educar seus cidadãos.

Outro processo que se desencadeia nos seios das escolas, é o discurso da qualidade total da educação onde a fórmula a ser aplicada no ensino público, é a da gestão empresarial que busca resultados no pragmatismo pedagógico pautado na competitividade metódica que possui como meta principal o sucesso individual.

Todavia, o liberalismo vigente investiu na descentralização e na municipalização do ensino brasileiro, delegando poderes aos Estados e municípios da federação nacional e incentivando ações da iniciativa privada neste sentido.

De certa forma a municipalização da gestão governamental do ensino fundamental para serem geridos pelos municípios, vendo-o de forma positiva foi interessante para as gestões municipais, pois as prefeituras possuem mais recursos que são repassados do Governo Federal direto as secretarias municipais de educação.

Estas políticas de descentralização de recurso para a educação possuem como objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino fundamental e os recursos são destinados a pagamentos de funcionários e investimentos nas ações governamentais da educação pública nos municípios.

Por outro lado, as gestões escolares escolhidas pela comunidade escolar possui muito mais força política para reivindicar mais recursos e melhorias nas estruturas de suas escolas

entre outros, mediante as gestões municipais, desde que se municiem dos conhecimentos das leis que regem a educação pública brasileira.

1.3 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO.

Falar de democracia nas escolas do campo nos remete aos ideais de liberdade que a sociedade brasileira almeja. Pois durante muito tempo vivemos em períodos de exacerbação dos direitos de cidadania que eram suprimidos tanto no campo como na cidade.

Atualmente existem leis e diretrizes que regulamentam o sistema escolar na educação rural brasileira. Com base na ética e no direito constitucionalmente constituídos. Contudo o que acontece no campo, esta muito distante dos acontecimentos nas cidades, pois no campo as dificuldades locacionais como, por exemplo, os meios de comunicação, transportes, políticas públicas entre outros são pujantes e dificultosas, fazendo com que os benefícios governamentais de todas as ordens e inclusive as educacionais, não cheguem ao campo com a mesma velocidade em que chegam às cidades.

Todavia, o que existe de mais moderno em termos de gestão escolar no Brasil, são os sistemas de eleições diretas através do voto das comunidades escolares para escolherem os gestores das escolas.

A participação popular, aos pouco está chegando às escolas rurais brasileiras, e é considerada uma das formas mais democráticas do exercício de cidadania, e isto pode e deve contribuir muito para a real democratização das escolas brasileiras incluindo também as escolas rurais.

A lei nº 9131/95 e lei nº 9394/96, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB que regem a Educação brasileira, propõem medidas que regulamentam as escolas rurais.

A LDB traçou as diretrizes curriculares para todos os níveis da Educação brasileira, desde a pré-escola até o estudo universitário, inclusive as escolas do campo. No entanto, as diretrizes traçadas para as escolas do campo, encontram dificuldades no sentido de serem implementadas, pois como fora dito anteriormente, existe a falta de vontade política por parte do poder público, incluindo gestores e governantes.

Nota-se também, a ausência de representações políticas palpáveis que primem pela ética e pela moral e que invistam no resgate dos direitos sociais dos cidadãos que residem no

campo e necessitam de uma escola rural onde os seus filhos possam ter estudos com qualidade.

Sabemos que as escolas rurais, em sua maioria, são pouco assistidas á contento pelo poder público, pois em muitas localidades rurais o que existe em termo de escola é uma estrutura precária como, por exemplo, uma casinha coberta de palha, que muitas vezes não possuem nem paredes laterais e que na maioria das vezes são confeccionadas pelos próprios camponeses que almejam que seus filhos estudem e não fiquem excluídos do processo de ensino.

O tema: democratização da escola do campo é de certa forma até fantasioso, pois a realidade e o contexto educacional do campo são muito diferentes do sistema educacional implantado nas zonas urbanas, pois sabemos que o campo é heterogêneo e possui significações singulares que o diferencia do cotidiano urbano.

A ideia que se tem do campo de acordo com o senso comum, é que o campo é simplesmente um espaço e produção de mercadorias para abastecer as metrópoles. No entanto, é preciso desmistificar este ponto de vista e esta visão de mundo que ainda perdura no imaginário da sociedade brasileira sobre o espaço rural.

Como diz FERNANDES:

Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. (FERNANDES, 2006, p. 28).

A gestão escolar das escolas rurais devem se esforçar ao máximo para manterem os alunos em sala de aula, ou seja, indo regularmente as escolas, pois as atividades econômicas exercidas pelos pais dos alunos, muitas vezes se valem do trabalho infantil como formas de complementação da renda familiar, o que é uma dura realidade e uma real dificuldade para as comunidades escolares e os gestores das escolas do campo, no sentido de evitar ou mesmo reduzir a evasão escolar na educação do campo no Brasil. No entanto a participação da comunidade escolar é de fundamental importância para manter a escola em funcionamento e para isto o gestor deve ser dinâmico em propor este tipo de parceria.

CAPÍTULO II - A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA DO CAMPO

A luta pela democratização da educação tem sido uma bandeira dos movimentos sociais no Brasil, de longa data. Podem-se identificar em nossa história inúmeros movimentos, gerados na sociedade civil, que exigiam e exigem a ampliação do atendimento educacional a parcelas cada vez mais amplas da sociedade, onde a Educação do Campo se insere. O Estado, de sua parte, vem atendendo a essas reivindicações de forma muito tímida, longe da universalização esperada. (ARROYO, 2006)

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à escola. O acesso é, certamente, a porta inicial para o processo de democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos que ingressam na escola tenham condições para nela permanecerem, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo de sua qualidade. Mas somente essas três características (acesso, permanência e sucesso) ainda não completam o sentido amplo da democratização da educação. (ARROYO, 2006).

No entanto se, de um lado, acesso, permanência e sucesso caracterizam-se como aspectos fundamentais da democratização da educação, de outro, o modo pelo qual essa prática social é internamente desenvolvida pelos sistemas de ensino.

Contudo para que isso aconteça é forjada uma nova forma de conceber a gestão da educação: uma gestão democrática.

Devemos ressaltar que a democratização educacional vai muito mais além do que as ações implantadas pelo sistema de ensino vigente no país. A democratização escolar está intrinsecamente ligada às posturas ligadas por toda a comunidade escolar e pelos agentes que participando processo educacional. A democratização da educação esta pautada nas mudanças dos paradigmas antigos e na formação da prática social e da postura e da mentalidade educacional dos indivíduos que participam deste processo.

. Com isso, a Educação do Campo necessita de mais escolas; de uma educação de qualidade que garanta a permanência, com sucesso para todos; e precisa de uma organização escolar que se desenvolva como exercício de cidadania: de uma gestão democrática. E esta

forma de gestão parece se configurar como aquela que Fernandes chama de protagonismo propositivo da população camponesa.

Veja o que diz Fernandes, (2006, p.30):

Para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que entenda sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários Fernandes, (2006, p.30).

A participação é condição para a gestão democrática: uma não é possível sem a outra. Assim, concebe-se a gestão democrática como uma ação coletiva, onde os diversos segmentos da escola e da comunidade externa contribuem na delimitação e na implementação das ações educacionais. Esta participação se dá de forma direta, em assembleias e reuniões, e de forma indireta, a partir da representação dos diversos segmentos mencionados, em Conselhos Escolares e instâncias similares. Assim, como participação entende-se a forma pela qual se exercita a democracia participativa. Muito diferentemente do que se vem praticando como participação, onde os sujeitos são chamados à escola para executarem ações estabelecidas por ela, decisões estas geralmente originadas na direção da escola. A participação aqui destacada compreende a possibilidade de todos os segmentos internos e externos à escola decidirem os rumos da escola de forma coletiva, onde a execução das tarefas caberá aos seus grupos profissionais específicos.

O conceito básico de cidadania sustenta-se no exercício da autonomia e no sentido da emancipação. Portanto, uma escola autônoma é aquela que constrói, coletivamente, seu projeto político-pedagógico (PPP), como estratégia fundamental para o compromisso com sua realização. A gestão democrática, nesse sentido, propicia condições de concretização da autonomia em dois níveis: autonomia dos sujeitos históricos e autonomia da escola, resgatando o papel e o lugar da escola como centro e eixo do processo educativo autônomo. (ARAÚJO, 2000, p.132).

Mais do que qualquer coisa, a transparência torna-se uma questão ética, pois está intrinsecamente ligada à ideia de escola como espaço público. A gestão democrática garante a transparência das ações da escola como instituição pública que tem o compromisso social de “prestar contas” de seu trabalho à sociedade.

Veja o que dizem Bordignon, G. e Gracindo, R. (2000)

O pluralismo garante o respeito à diversidade que marca os sujeitos envolvidos no processo educativo, garantindo não somente o respeito passivo, mas. Dando condições para que cada um possa demonstrar e ser atendido nas suas necessidades e potencialidades. É preciso, pois, romper com a lógica massificadora que tem historicamente desconsiderado a diversidade de opiniões, posturas, aspirações e demandas dos diferentes sujeitos sociais que agem no interior da escola⁴³. Assim, o pluralismo torna-se garantia de um ambiente efetivamente democrático na Escola do Campo, que visa à igualdade de direitos.

Uma política clara de gestão democrática para a Escola do Campo deve estabelecer, para as diversas instâncias do poder público e para a escola, espaços para a participação da sociedade na tarefa de transformar a dura realidade educacional demonstrada nos dados estatísticos aqui apresentados. São instrumentos importantes para esta experiência democrática, dentre outros: a implantação do Fórum Nacional de Educação; a revisão na composição e atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE); o fortalecimento dos Conselhos Estaduais. e Municipais de Educação; a implantação de Conselhos Escolares em todas as escolas e a escolha democrática dos dirigentes escolares. (ARROYO, 2006, p. 87).

Na escola, os instrumentos de gestão democrática organizam-se em instâncias de deliberação direta ou indireta e propiciam espaços de participação e de criação da identidade escolar. Assim, a gestão democrática “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso” (ALONSO, 1988. p. 152).

Nas Escolas do Campo, esses mecanismos de gestão democrática devem resguardar as especificidades locais. Estas especificidades apontarão para a melhor forma de organizar os espaços democráticos participativos que podem ser: grêmios estudantis, associação de pais e mestres, conselho de classe, Conselho Escolar, dentre outros. O Conselho Escolar, em especial, poderia funcionar como núcleo para socialização, discussão e construção de trabalhos coletivos da escola e da comunidade.

As características próprias da Escola do Campo propiciam uma maior convivência com as formas organizativas da vida produtiva, cultural, religiosa e política do campo. Com isso, a gestão democrática inclui a possibilidade de o professor participar das reuniões comunitárias e abrigar, na escola, assembleias gerais da comunidade. Desta forma, a escola

pode se tornar um espaço para encontros da comunidade e dos movimentos sociais como uma das formas de estímulo à participação de todos na vida escolar (ARAÚJO, 2000, p. 95).

Vale ressaltar boas experiências já vividas de organização democrática da Escola do Campo, onde se encontram núcleos de professores responsáveis pelas escolas, por distrito, que visam ao intercâmbio de experiências, planejamento da atuação das escolas e criação de um ambiente de trabalho coletivo. Mesmo com a ausência de iniciativas dos sistemas locais de ensino, os próprios professores podem organizar tais espaços democráticos.

Estudos e pesquisas desenvolvidos mostram que “a forma de provimento no cargo pode não definir o tipo de gestão, mas, certamente, interfere no curso desta”. (LUCK 2006 p. 85). E, nesse sentido, verifica-se que a eleição direta para diretor parece se configurar como a forma mais adequada num processo global de gestão democrática, pois envolve a decisão da comunidade escolar e local. No entanto, ela necessita estar associada a outros mecanismos de democratização, tais como o Conselho Escolar, para promover, efetivamente, o exercício democrático.

2.2 REPRESENTAÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR

Tratar da composição do Conselho Escolar na Escola do Campo implica considerar as posições historicamente demandadas pelos movimentos sociais do campo. Vale lembrar que “movimentos sociais reivindicam uma Escola do Campo que se distingue pelo vínculo com o trabalho e a cultura do campo” (BOF, 2006 P. 183). Assim, é imperioso pensar o Conselho Escolar no contexto do movimento social, que, por sua vez, está inserido num projeto de nação, onde o campo se situa como uma de suas dimensões.

No movimento de redemocratização do Brasil, quando cada segmento social buscava democratizar os laços de trabalho e sua prática social, são implantados diversos tipos de conselhos, com a incumbência de serem canais de participação nas deliberações dos respectivos setores. A ideia de Conselhos Escolares surge, nesse movimento, trazendo a possibilidade de vir a ser um instrumento para a democratização da educação. (LIBÃNEO, 2003, p. 43).

Quando trazidos para o segmento camponês, ouve-se falar da possibilidade de compreendê-lo a partir da ideia dos Conselhos Operários, evidentemente atualizada e

contextualizada para um país de capitalismo tardio e periférico, no século XXI. (RUDÁ 2006, P. 83)

A título de informação, verifica-se que os Conselhos Operários surgem como uma necessidade de ampliar a ação dos soviets, que, até então, eram fundamentalmente comitês de greve. Perceberam que precisavam “discutir não só salários e condições de trabalho, mas todas as questões relativas à sociedade em geral e assim tiveram que achar seu próprio rumo nesse campo e tomar decisões sobre questões políticas”. (RUDÁ 2006, P. 163)

Anton Pannekoek, referindo-se aos Conselhos Operários, descreve por que vale a pena participar, numa clara demonstração de que participar implica trabalho e responsabilidade, mas, mesmo assim, é o único caminho para a liberdade.

Lutar pela liberdade, não é deixar os dirigentes decidirem em seu lugar, nem segui-los com obediência, e poder repreendê-los de vez em quando. Bater-se pela liberdade é participar com todos os seus meios, é pensar e decidir por si mesmo, é tomar todas as responsabilidades enquanto pessoa entre camaradas iguais. É evidente que pensar por si mesmo, decidir o que é verdadeiro e o que é justo, constitui para o trabalhador que tem o espírito fatigado pelo labor quotidiano, uma tarefa. Ádua e difícil, bem mais exigente que se ele se limitar a pagar e a obedecer. Mas é a única via que conduz à liberdade. Fazer-se libertar pelos outros, que fazem desta libertação um instrumento de domínio, é simplesmente substituir os antigos patrões por novos. Anton Pannekoek (1873 –1960)

Trazendo para a realidade do campo e, nela, para a realidade escolar, certamente esta afirmação – de que a liberdade se conquista pela participação – também é verdadeira. De forma análoga, pode-se dizer que assim como para os soviets não bastava discutir somente greve e salário, também assim o processo educativo não se restringe a “dar aula”. Discutir e refletir sobre a relação ativa entre escola e vida, escola e mundo do trabalho, escola e comunidade são aspectos tão importantes quanto o trabalho que se desenvolve em sala de aula.

Sabemos que os conselhos escolares formados por um grupo representativo dos segmentos escolares e comunitários são responsáveis pelas deliberações na escola democrática. E neste contexto, os conselhos tomam força e importância com relação a sua responsabilidade social.

É bem verdade que existe certo descrédito para com os Conselhos Escolares, de forma geral. Isso é perfeitamente compreensível por razões históricas. De um lado, isso ocorre pela

pouca divulgação e interesse das escolas em compartilhar de seu poder institucional e, de outro, por algumas frustradas experiências vivenciadas que, na maior parte das vezes, não obteve resposta positiva dos diversos segmentos e também porque muitos entenderam que sua natureza era meramente fiscalizadora das ações da escola. Neste particular, pode-se enumerar o grande contingente de Conselhos Escolares que hoje se limitam a serem assessores das direções da escola e, quando muito, atuam no controle fiscal dos recursos financeiros recebidos por elas.

Mas este não é o caminho aqui proposto. O Conselho Escolar, com base na gestão democrática das Escolas do Campo, configura-se como um grupo de apoio e de acompanhamento da vida escolar da escola, dando e recebendo sugestões que baseiam decisões coletivas e democráticas. Nesse sentido, experiências de participação tutelada também existem no cenário de escolas brasileiras, ao confundir que participar (aqui especialmente os segmentos de pais e da comunidade) é executar tarefas determinadas pela escola (segmentos internos). O sentido de participação dos Conselhos Escolares é, sobretudo, o de compartilhar de decisões que serão executadas pela escola.

Como anteriormente foi assinalada, a composição do Conselho Escolar deve ter representação de todos os segmentos que compõem a escola (professores, funcionários e alunos), acrescido de participação externa (pais e mães de alunos e comunidade local). Vale ressaltar que esta representação só terá caráter de representatividade quando os representantes forem escolhidos pelos representados. Assim, descarta-se a possibilidade da direção ou do órgão administrador da escola, ele próprio, escolher quem representa cada um dos segmentos. Com isso, fica garantido um canal fundamental entre representantes e representados e diminui-se a possibilidade de manipulação de interesses.

Trata-se aqui de imaginar a composição de um Conselho Escolar para Escolas do Campo que, na sua maioria, não possuem funcionários, diretoria, e que demonstram alto grau de isolamento da comunidade, apesar da cercania dela. Tudo isso leva a pensar numa composição de Conselho Escolar diferenciada do modelo convencional. Com isso, cabe apontar algumas questões e sugestões no encaminhamento da composição do Conselho Escolar nas Escolas do Campo:

a) Quanto aos representantes da escola – Muitas vezes estas escolas são uni docentes ou caracterizam-se como escolas isoladas, onde o professor é o único representante da

instituição escolar, portanto acumula a função de professor, funcionário e gestor. Questões a serem discutidas: qual segmento ele deve representar? O peso do seu voto deve ser ampliado, considerando tal condição? Sugestões: Ele deve representar o segmento professor, pois esta é sua atividade principal na escola. Seu voto deve ter peso como representante de um segmento.

b) Quanto aos representantes dos pais/mães – Os pais e mães da zona rural - Trabalham de forma intensiva para garantir a subsistência da família, muitas vezes ampliada por agregados. Como fazê-los compartilhar de seu pouco tempo disponível com a escola? É frequente, também, o professor ser pai ou mãe de estudantes da escola, residindo no sítio e se tornando professor de seu filho. Com isso, o professor também pode ser indicado como representante dos pais e mães?

c) Quanto aos representantes da comunidade local – Tal como os pais e mães, a comunidade local passa boa parte de seu tempo trabalhando para a manutenção de sua família; pouco tempo lhes sobra para o desenvolvimento de outras atividades. Como fazer com que percebam a importância de sua participação, dado que muitos não possuem maior ligação com a escola da comunidade? Quem pode ser envolvido: apenas os que mantêm relações diretas com a escola?

d) Quanto aos representantes dos estudantes – Geralmente, as escolas de sítio oferecem somente as séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), o que requer pensar na forma de representação e participação dos estudantes no Conselho. A maior parte das experiências de representação estudantil nos Conselhos Escolares estabelece idade mínima (em torno dos 14 anos) e nível educacional (em geral, a partir da 5ª série do Ensino Fundamental). Como encaminhar a questão da representação estudantil nas Escolas do Campo?

2.3 CONSELHO ESCOLAR: A PARTICIPAÇÃO RESPONSÁVEL DA COMUNIDADE

Os conselhos escolares das escolas urbanas possuem funções fundamentalmente político-pedagógicas. No entanto devemos analisar e descobrir se as funções dos conselhos escolares das escolas do campo são iguais parecidas ou diferentes das funções dos conselhos escolares das escolas urbanas.

Todavia nas escolas do campo existem relações sociais diferentes e próprias levando-se em consideração a cotidianidade do campo e seus modos e meios de produção econômicas sociais e culturais. Contudo precisam ser construídos seus espaços democráticos para que as relações escola e comunidade local fluam continuamente e possam dar bons frutos e bons resultados. Estes espaços sociais devem ser construídos através da participação de todos os segmentos que representam a escola e a sociedade que vive ao seu entorno, como por exemplo: os grêmios estudantis, conselhos de classes, associações de pais e mestres, e também os movimentos sociais locais, para que todos sejam corresponsáveis em relação ao projeto educacional proposto pela escola.

Sabemos que a presença de um conselho escolar atuante na escola possibilita uma gestão democrática compactante com os segmentos da comunidade local e da escola, para juntas construir uma educação de qualidade justa e inclusiva, dividindo o poder e as responsabilidades entre as partes envolvidas no processo educacional da escola pública.

O conselho escolar deve estar envolvido em todas as atividades exercidas pela escola, colocando a essência do trabalho da escola como uma prioridade primordial. Contudo sua tarefa mais importante é acompanhar as práticas educativas no que se refere ao processo de ensino aprendizagem. Neste sentido vimos que as ações da escola do campo também são fundamentalmente políticas Pedagógicas. (RUDÁ 2006, P. 123)

Podemos dizer que ela é política, quando procura transformar as ações da escola na prática de uma educação escolar de qualidade dentro da realidade cotidiana local, e podemos dizer que é pedagógica por perpassar por um caráter que contenha mecanismos e procedimentos necessários para que as projeções da escola se tornem na prática realidades educacionais que beneficiem a escola e sua comunidade.

Neste caso o conceito de política não tem nada a ver com partidos políticos, e sim com o ato de individual de opinar, ou seja; o ato de dizer sim, não ou abster-se, pois estes atos tornam os membros dos conselhos pessoas políticas ativas e participantes assíduos do processo educacional proposto pela escola, e, portanto, capazes de mudares os paradigmas nas suas mais diversificadas dimensões.

Existe grandes proximidade na escola do campo com as comunidades locais, pois geralmente as escolas do campo são construídas em vilarejos e pequenas agrovilas. E para que

este processo seja mútuo e recíproco entre os membros dos conselhos existe a necessidade de haver assembleias participativas frequentes.

E para isso o conselho escolar deve se organizar político-hierarquicamente, no sentido da delegação e distribuição de poderes e tarefas entre os seus membros para coordenarem e implantarem ações de tomadas de decisões, que devem ser realizadas sempre de forma democrática, concebidas através do voto aberto entre os participantes do conselho escolar. (ARROYO, 2000 p. 85);

As funções mais importantes dos conselhos escolares são as funções deliberativas e as de mobilização, pois os conselhos são órgão que possuía as funções deliberativas das ações político-pedagógicas e de mobilizações das comunidades escolares e locais.

Os conselhos juntos com as comunidades escolares devem todos, indicando as prioridades da escola e criando condições para que as deliberações sejam realmente executadas em benefício da escola e das comunidades locais.

Veja o que diz Arroyo, (2000 p. 125);

Os papéis da gestão democrática e dos conselhos escolares podem funcionar como elemento essencial para a contribuição da fixação do homem no campo. Pois a escola funciona como um elemento que ajuda e evitar o êxodo rural e neste contexto a escola devem programar políticas educacionais pautadas através da do processo dialético- participativo e representativo.

Ainda nos reportando a Arroyo (2000 p. 130), nos fala que o êxodo rural, é vigente em algumas regiões do campo brasileiro, onde não existem escolas de ensino regular, pois as necessidades educacionais campestres em colocarem seus filhos nas escolas, provocam a migração de pessoas do campo para os centros urbanos, acelerando o processo de favelização periféricas das maiorias das cidades brasileiras. Neste contexto a implantação de escolas regulares no campo, além de ser uma política legítima e democrática funciona como fator primordial e essencial para manter homens e mulheres no campo gerando renda e riqueza ao país através da produção de alimentos.

CAPÍTULO III - PESQUISA DE CAMPO

31 CONSELHO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ, LIMITES E AVANÇOS.

O Conselho Escolar da escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Vale, localizada na zona rural do município de Marabá Pará, no Ponto de Apoio (P.A.), Carimã, é formado por:

QUADRO 1: Componentes do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Vale.

Presidente	
Vice- Presidente	
1º Secretário	
2º Secretário	
1º Tesoureiro	
2º tesoureiro	
Conselho	1º Componente
Fiscal:	2º Componente
	3º Componente
Representante dos pais	
Representantes dos alunos	
Representante do Magistério	

Fonte: A direção da escola.

Como vimos o quadro acima, o Conselho Escolar da escola do campo Pedro Vale, formatado de acordo com a legislação do Ministério da Educação e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira. Contudo segundo informações da diretora da escola na atual gestão, as dificuldades maiores no desenvolvimento das ações do Conselho, são as de encontrarem pessoas que realmente são comprometidas com o processo, pois o trabalho dos conselheiros é um trabalho voluntário e, portanto sem remuneração monetária, e sabemos que segundo (BOURDIEU, 1996, p.147) “(...) não existe um ato desinteressado”. É partindo deste princípio as pessoas pensam em maximizar os seus lucros e minimizara as suas perdas,

poucos se interessam em sair de suas acomodações e participar das reuniões, pois geralmente dizem possuir alguma ocupação para o momento.

Nestes casos entram a participação e a função mobilizadora dos conselheiros para manterem quórum nas reuniões e nas assembleias deliberativas,

Contudo nos pautamos no que diz a diretora da escola, que grosso modo, as funções mais urgentes acabam ficando por conta dos presidentes dos conselhos que geralmente são os diretores das escolas nas zonas rurais e que junto com o tesoureiro possuem as funções de assinarem os cheques e as requisições, tendo que se deslocarem do campo até as cidades sedes dos municípios para resolverem as questões e os problemas das escolas do campo que neste caso estamos nos referindo á escola do campo Pedro Vale do P. A. Carimã no Município de Marabá no Estado do Pará.

Os deslocamentos se constituem em problemas de ordem financeiras, pois a escola citada fica a centenas de quilômetros da sede do município e isto implica em gastos financeiros, que segundo a diretora da escola tudo sai do seu próprio bolso, e não existe contrapartida de ressarcimento.

Porém este pode ser um dos maiores problemas encontrado pelas ações dos Conselhos Escolares das escolas rurais.

3 2 HISTÓRICO DA ESCOLA DO CAMPO PEDRO VALE

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Vale, localizada no assentamento Curimã na zona rural do município de Marabá no Estado do Pará.

A mesma foi fundada em abril de 1997. Onde funcionava em um barraco de pau a pique no meio da mata, a primeira professora da escola foi a professora: Antonilde de Oliveira Silva, que na época andava sete quilômetros a pés com os alunos até a escola, atendendo a uma turma multisseriadas de 1ª a 4ª séries,

No ano de 2002, a comunidade construiu uma sala de tijolos e ganhou uma casa, doada pelos pais dos alunos e passou a atender a uma primeira turma de 5ª série.

A partir desta data, a senhora que hoje é diretora começou a trabalhar como professora e muito se angustiava ao ver que os alunos caminhavam grandes distâncias e chegavam exaustos as salas de aulas e por isso não tinham muita ênfase com relação ao aprendizado, que ficava totalmente prejudicado.

No entanto em 2014, a escola foi um pouco melhor construída pelo sistema do (FNDE) Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, onde foi possível atender melhor os educandos.

Porém, por causa de defeitos nas estruturas da escola o prédio foi embargado pelo ministério público por apresentar perigo à vida de alunos e professores e atualmente estamos funcionando de forma improvisada ou mesmo sem funcionar, prejudicando o ano letivo e a progressão escolar dos educandos de nossa localidade.

Recentemente os membros do Conselho Escolar e da comunidade do P. A. Carimã mobilizaram-se e ocuparam a Secretaria Municipal de Educação de Marabá reivindicando uma solução para o problema e também a reconstrução ou reforma da escola, pois os alunos desta localidade estão como um apêndice da máquina burocrática e fora do contexto escolar.

FIGURA 1: Foto da reunião da comunidade e do Conselho Escolar na Escola Pedro Vale localizada no P. A. Carimã na zona rural do município de Marabá Pará.



Fonte: A direção da escola.

FIGURAS: 2, 3 e 4 , manifesto dos conselheiros e comunidade do P. A. Carimã, na Secretaria de Educação de Marabá reivindicando a construção da escola, que fora embargada pelo ministério público, por apresentar danos, e perigo a professores e alunos.02/2014.



Fonte: A direção da Escola.

3 3 ETAPAS DA PESQUISA E METODOLOGIA UTILIZADA.

Para realizar um trabalho de qualidade e cunho científico, realizamos uma pesquisa de campo através de formulários com dados quantitativos e qualitativos, para embasar-nos de melhores argumentos para a confecção deste trabalho de graduação. A pesquisa foi realizada através de entrevistas com o fornecimento dos formulários aos entrevistados para eles responderem de acordo com seu próprio discernimento, isento de quaisquer intervenções por parte do pesquisador seguindo o que menciona (LAKATOS, 2007, p. 124).

A metodologia utilizada para a pesquisa de campo foi o método descritivo analítico, pautado na observação, das respostas, oriundas dos conselheiros da escola do campo Pedro Vale, e, contudo nos pautamos no emprego de instrumentos científicos, e metodológicos que nos possibilitaram ter um maior discernimento do objeto estudado.

Para realizar esta pesquisa de campo com qualidade e isenção, procurei embasar-me, dos melhores instrumentos, teóricos como: - leituras de livros e revistas e documentos, sobre o assunto, além de passar muito tempo debruçado sobre leituras de diversificados autores que possuíam referenciais teóricos sobre o referido tema.

3 4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.

De posse de formulários e farta documentação sobre o assunto, tabulei os dados, ou seja: estratifiquei os números e retirei os percentuais adequados para a minha pesquisa se transformei os em tabelas e quadros e gráficos estatísticos, além de decodificá-los e analisá-los em uma dissertação escrita.

Após a estratificação tabulação e análise descritiva e analítica dos dados, e de posse de muitas informações sobre o assunto escrevi este capítulo que tem como objetivo principal, obter conceitos para a conclusão do meu curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da (UFPA) Universidade Federal do Para /Campus Universitário de Marabá em convênio com o Plano Nacional de Formação de Professores do Ensino Básico (PARFOR) que será apresentado em público e será avaliado por quadro de mestres com a devida sapiência e isenção. A apresentação será realizada em data marcada de acordo com as normas técnicas do sistema de ensino vigente no país, e as exigências desta casa de ensino.

3.5 APRESENTAÇÃO E RESULTADO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi confeccionada seguindo as normas da (ABNT) Associação Brasileira de Normas Técnica e baseada nos referenciais teóricos de diversos autores que abordam esta temática como: AROYO ALONSO, BOF, DIAS, FERREIRA, GRACINHO, LUCK, LIBANO, LIMA, entre outros.

Esta parte deste capítulo analisa as respostas apresentadas nos formulários de pesquisa direcionados aos integrantes do Conselho Escolar da escola Pedro Vale Localizada na zona rural do município de Marabá. Os corpos de análise deste estudo são constituídos por; - perfil identitário contendo os quesitos: - idade, sexo, quanto tempo de participação na escola. Escolaridade, função na escola e estado civil. (Contudo as perguntas foram confeccionadas e direcionadas aos conselheiros da escola do campo; Pedro Vale, do P. A. (Ponto de apoio) Carimã, da seguinte forma: -1) como funciona o Conselho Escolar? 2) *os representantes do Conselho participam diretamente das reuniões? Sim ou não e Por quê?* 3) *na sua opinião o que mudou a escola após a implantação do Conselho Escolar?* 4) *cite alguns pontos positivos e negativos deste processo em sua escola* 5) *na sua opinião as reuniões são realizadas democraticamente com direito de voz e de voto?* 6) *na sua opinião para que servem os conselheiros escolares e qual o seu papel na escola?*

Na questão perfil identitário do instrumento de coleta de dados “questionário”. Os conselheiros versaram acerca do perfil identitário e profissional com base nos seguintes enunciados; Sexo; Idade; Tempo de serviço. Escolaridade e Estado civil e funções na escola. O objetivo destas questões consistiu em analisar o perfil identitário e profissional dos sujeitos de nosso estudo para melhor compreender o objetivo desta pesquisa.

Participaram desta etapa da pesquisa quatro conselheiros da escola Pedro Vale da Zona rural do município de Marabá. E para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa optamos por identifica-los por letra do alfabeto, conforme apresentamos no quadro a seguir.

QUADRO: 2 Dados identitário dos conselheiros escolar da escola Pedro Vale.

Conselheiro	Sexo	Idade	Tempo de serviço	Estado civil	Função na escola	Escolaridade
A	Feminino	37 anos	11 anos	Casado	Representante dos pais	Ensino Médio
B	Feminino	38 anos	01 ano	Solteiro	Diretora	Ens. Superior
C	Masculino	40 anos	05 anos	Casado	Tesoureiro	Ens. Superior
D	Feminino	25 anos	03 anos	Solteiro	Representante dos professores	Ens. superior

Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

A) – Relação quanto ao Gênero dos conselheiros da escola Pedro Vale

A tabela 1 aponta que os conselheiros da escola Pedro Vale, em sua maioria se constitui do sexo feminino 75% enquanto que somente 25% são do sexo Masculino. Contudo percebemos que esses dados nos remetem para a feminização do magistério, e do setor educacional do ensino básico no Brasil, pois a maioria dos conselheiros encontrados e entrevistados faziam parte do corpo da escola e segundo (TANURI, 2000). “Se nos reportamos século XIX” [...] o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão de obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração” (idem, 2000, p.66). Desse modo, percebemos que essa configuração ainda se faz presente na atualidade, como se evidencia nos dados coletados. Assim sendo, para melhor visualização da feminização do quadro educacional, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e neste caso também a feminização do conselho escolar, e isto significa dizer, que o elemento feminino é muito mais abrangente em termos numéricos e também muito mais participativo. E neste sentido, apresentamos o gráfico a seguir;

GRÁFICO: 1

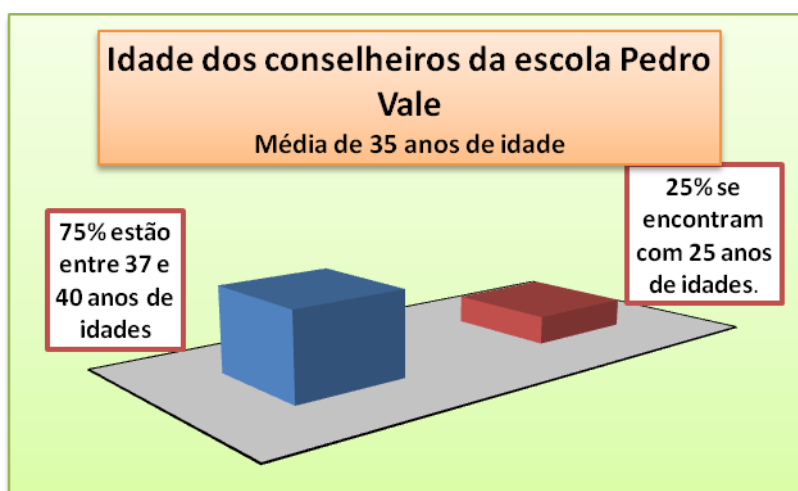


Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

B) – Idade dos conselheiros escolar da escola Pedro Vale.

Analisando o quesito de idades dos conselheiros da escola Pedro Vale, percebemos que o conselheiro A possui 37 anos de idade, enquanto o conselheiro B está com 38 anos, e o conselheiro C, com 40 anos, sendo que o conselheiro D possui somente 25 anos de idade. No entanto este quadro nos aponta uma média de idade dos conselheiros de 35anos e 75% dos conselheiros estão em idades de 37 a 40 anos, enquanto que 25% deles se encontram com 25anos e para melhor explicar este ensejo, veja o gráfico a seguir:

GRÁFICO: 2



Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

C) – Tempo de serviço dos conselheiros da escola Pedro Vale.

Seguindo o perfil identitário dos conselheiros da escola Pedro Vale e analisando o quesito “tempo de serviço”, pudemos perceber que o conselheiro A, possui 1 ano de serviço, e o conselheiro B, possui 11 anos de serviços prestados na escola Pedro Vale, enquanto que o conselheiro C, está com 5 anos de serviços nesta escola e o conselheiro D, está com apenas 3 anos de serviços prestados neste estabelecimento de ensino. Analisando este perfil, detectamos que 75% deles se encontram na faixa de 1 a 5 anos de trabalho. Portanto com menos tempo de serviços nesta escola, e 25% deles se encontra com 11 anos de serviços prestados nesta instituição de ensino formando em média 5 anos de serviços prestados na escola . E para uma melhor ilustração veja o gráfico a seguir:

GRÁFICO: 3

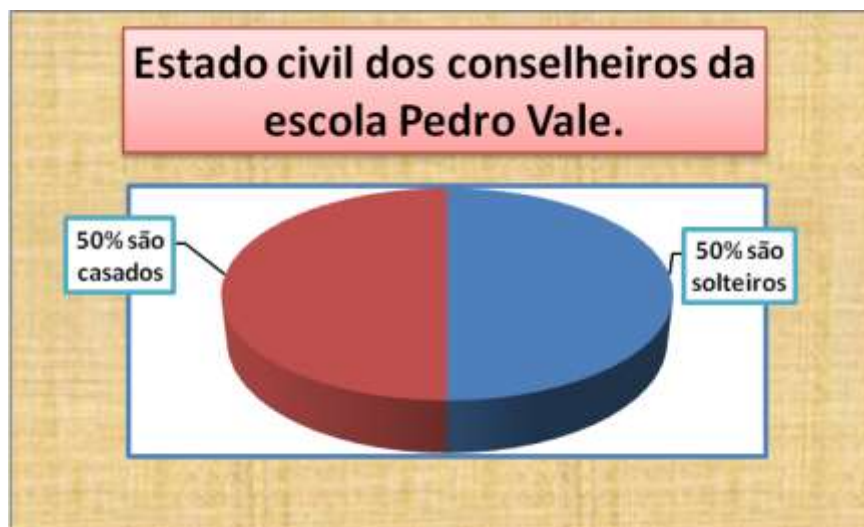


Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

D) – Estado civil dos conselheiros da escola Pedro Vale.

Analisando o quesito “estado civil” dos conselheiros da escola Pedro Vale, pudemos perceber que o conselheiro A é casado e o conselheiro B é solteiro enquanto que o conselheiro C é casado e o conselheiro D é solteiro. Portanto mediante este extrato, concluímos que 50% dos conselheiros são casados e 50% deles são solteiros. E para melhor explicarmos este fato vejam o gráfico:

GRÁFICO: 4



Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

E) – Funções dos conselheiros exercidas na escola Pedro Vale.

No entanto ao analisarmos o quesito “Função dos conselheiros da escola Pedro Vale” detectamos que: - o conselheiro A está no conselho escolar como representante dos pais dos alunos e o conselheiro B, é a diretora da escola, e o conselheiro C, ocupa a função de tesoureiro e é um dos coordenadores da escola, enquanto que o conselheiro D é o representante dos professores no conselho. Neste sentido percebemos que 75% dos conselheiros pesquisados fazem parte do quadro funcional da escola e 25% fazem parte das comunidades ao seu entorno. Contudo é importante observarmos o momento político em que passa a escola Pedro Vale, como vimos em seu histórico atual acima, pois os seus alunos neste momento, se encontram fora da escola ou estudando de forma precária, pois a escola que foi construída recentemente fora embargada pelas autoridades do ministério Público estadual.

Todavia como já vimos em análises anteriores, e em nossos referenciais teóricos contidos neste trabalho de graduação existe uma grande dificuldade na escolha dos componentes dos conselhos escolares, pois alguns membros das comunidades, rurais no entorno das escolas, muitas vezes pouco se interessam pelo assunto, e também não querem assumir as responsabilidades de comparecerem as reuniões e seguirem as normas estatutárias. Por este motivo, as maiorias dos conselheiros das escolas das zonas rurais acabam sendo escolhidos entre o corpo docente ou não, das escolas. Contudo devemos ressaltar que os

conselhos segundo a legislação vigente da Lei de diretrizes e Bases da Educação e homologada pelo Ministério da Educação, de modo geral, devem ser paritários, incluindo inclusive os representantes da sociedade civil, que no caso dos conselhos escolares, são os membros e lideranças ou não, das comunidades que abrangem as escolas.

E para melhor nos situarmos com relação a esta realidade vejamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO: 5



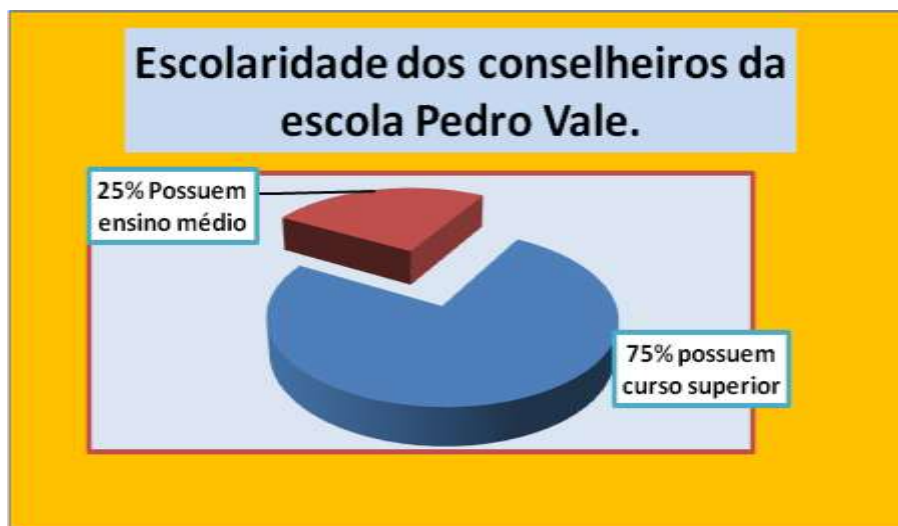
Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

E) – Escolaridade dos conselheiros da escola Pedro Vale.

Contudo ao analisarmos o quesito “escolaridade dos conselheiros da escola do campo Pedro Vale”, notificamos que o conselheiro A que é representante dos pais e faz parte da comunidade ao entorno da escola e possui um grau de instrução referente ao ensino médio completo, enquanto que o conselheiro B é a diretora da escola e possui curso superior e o conselheiro C, é o tesoureiro possui curso superior e também faz parte do quadro de funcionários da escola, enquanto que o conselheiro D é a representante dos professores no conselho, e também possui curso superior. Isto significa dizer que 75% dos conselheiros pesquisados possuem curso superior e somente 25% possuem ensino médio, o que implica em

grau de conhecimento considerado elevado para um conselho escolar da escola do campo. No entanto para melhor visualização deste quesito vejam o gráfico a seguir;

GRÁFICO: 6



Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

F) – Como funciona o conselho escolar de sua escola?

TABELA: 2 como funciona o conselho escolar de sua escola?

Conselheiro	A	A cada dois anos são feita uma eleição, os membros resolvem questões, administrativas e financeiras gerenciando os recursos, além de fiscalizarem outros serviços da escola.
Conselheiro	B	Funciona com a participação de todos os membros do conselho para administrarem bem os recursos recebidos...
Conselheiro	C	[...] Através das tomadas de decisões e a aplicação dos recursos.
Conselheiro	D	[...] união de alunos, pais e professores e funcionários da escola formando uma comunidade ativa.

Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

Vimos na tabela acima, que as respostas dos conselheiros da escola Pedro Vale, estão conscientes quanto a forma de atuação dos conselheiros, e isto pode ser um fato positivo com relação a gestão democrática nas escolas do campo pois sabemos que uma gestão democrática não funciona sem a participação de um conselho atuante dos seus conselheiros escolares e isto

nos remete ao que diz (LIMA, 2002 p. 42) “a construção da escola democrática constitui um projeto que não se pode deixar na participação ativa da comunidade escolar e isto é fator primordial para que haja uma gestão democrática”.

G) Os representantes do conselho participam diretamente das reuniões? Sim ou não? E por quê?

Com relação à pergunta acima feita aos conselheiros da escola Pedro Vale a respostas dos conselheiros foi unânime e 100% deles responderam que sim, isto nos leva a crer que eles são assíduos com seus compromissos mediante os anseios da escola, no sentido de melhoria do ensino e proporcionarem uma educação de qualidade a seus educandos.

No entanto em relação ao por que, as respostas dos conselheiros estão contidas nesta tabela a seguir:

TABELA: 3 Porque os representantes do conselho escolar participam sempre das reuniões.

Conselheiro	A	Porque querem que seus filhos tenham uma boa escola para estudar.
Conselheiro	B	Querem oferecer uma educação de qualidade para seus filhos.
Conselheiro	C	Porque necessitam de representatividade.
Conselheiro	D	Buscam qualidade e melhoria no ensino.

Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

Analisando as respostas dos conselheiros escolares da escola Pedro Vale sobre a tabela acima, percebemos o interesse e o comprometimento dos conselheiros, a cerca de suas responsabilidades enquanto membros do conselho escolar, isto nos remete ao que diz Alonso (1998) - Na escola, os instrumentos de gestão democrática organizam-se em instâncias de deliberação direta ou indireta e propiciam espaços de participação e de criação da identidade escolar. Assim, a gestão democrática, “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso” (ALONSO, 1988. p. 152).

H) Em sua opinião o que mudou na escola após a implantação do conselho escolar?

Anteriormente as escolas do campo do ensino básico não possuíam os conselhos escolares, este processo só passou a ocorrer na educação brasileira após advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. No entanto acreditamos que após a implantação dos conselhos escolares nas escolas rurais a realidade cotidiana tenha mudado substancialmente ou não e para sabermos sobre este tema perguntamos aos conselheiros da escola Pedro Vale e as respostas foram:

TABELA: 4 em sua opinião o que mudou na escola após a implantação do conselho escolar?

Conselheiro	A	A escola passou a ter mais autonomia
Conselheiro	B	Tivemos mais oportunidades de oferecer novos recursos pedagógicos aos alunos
Conselheiro	C	Houve melhorias na infraestrutura da escola com a aquisição de recursos
Conselheiro	D	Houve avanços com os recursos vindos diretos para serem gerenciados pela escola.

Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

As respostas dos conselheiros em relação ao que mudou na escola após a implantação do conselho escolar nos remete ao contexto da autonomia escolar e das melhorias de infraestruturas e ao advento da vinda de recursos monetários disponíveis para as escolas do campo, o que anteriormente não acontecia, e isto segundo os conselheiros pesquisados foi um ganho substancial e ate mesmo uma mudança de paradigmas de grandiosa importância, pois o sentido de pertencimento á escola se intensificou fazendo com que as pessoas que participam desse processo se sintam incluídas e, portanto responsáveis pelas mudanças visíveis dos velhos padrões que já não representam a cotidianidade da escola do campo que agora em parte, adquiriu autonomia e não fica mais dependente das políticas educacionais muitas vezes difíceis oriundas das secretarias de educação, pois os dinheiros do (PNDE) Plano Nacional de Desenvolvimento Escolar veem direto para as escolas que se organizam e criam os seus conselhos escolares, e deliberam estes recursos em assembleias que funcionam democraticamente através do voto, de acordo com as normas estatutárias onde prevalecem as vontades das maiorias dos Participantes nos conselhos escolares..

I) Cite alguns pontos positivos ou negativos desse processo em sua escola.

Sabemos que todas as mudanças de paradigmas proporcionam ganhos e perdas, ou não, e isto depende em fato das opiniões pessoais de cada indivíduo, e as presenças dos conselhos escolares nas escolas do campo devem ter modificados ou não, os padrões já estabelecidos, no entanto perguntamos este quesito aos conselheiros da escola Pedro Vale e vejamos quais foram suas respostas:

TABELA: 5 Cite alguns pontos positivos ou negativos deste processo em sua escola.

Conselheiro A	A interação escola e comunidade foram reforçadas, porém ainda falta a conscientização de alguns.
----------------------	---

Conselheiro B	A escola possui mais autonomia, no entanto precisa de mais recursos.
----------------------	--

Conselheiro C	Foi possível a aquisição de Materiais que antes faltava.
----------------------	--

Conselheiro D	Hoje a gente tem recursos diretos na escola o que antes não tinha.
----------------------	--

Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

Com relação a este quesito veja o que diz este teórico; - As características próprias da Escola do Campo propiciam uma maior convivência com as formas organizativas da vida produtiva, cultural, religiosa e política do campo. Com isso, a gestão democrática inclui a possibilidade de o professor participar das reuniões comunitárias e abrigar, na escola, assembleias gerais da comunidade. Desta forma, a escola pode se tornar um espaço para encontros da comunidade e dos movimentos sociais como uma das formas de estímulo à participação de todos na vida escolar (ARAÚJO, 2000).

J) em sua opinião as decisões do conselho são realizadas democraticamente com direito a voz e voto?

Segundo normativas do ministério da educação pautadas na Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, (FNDE), os recursos que são repassados para as escolas, devem ser administrados através dos

conselhos escolares, e estas tomadas de decisões quanto ao emprego destes recursos por força da lei, devem ser realizadas de forma estritamente democráticas, por isto criaram-se o tema Gestão democráticas nas escolas. Contudo se não houver a participação assídua dos conselhos escolares, as gestões escolares não podem de forma alguma considerar-se democrática. E partindo desta premissa, perguntamos aos conselheiros da escola do campo; Pedro Vale, se as tomadas de decisões aconteciam democraticamente e se eles tinham direito de voz e voto, e as respostas deles foram: todos 100% responderam unanimemente que sim.

k) Em sua opinião pra que servem os conselheiros escolares e qual o seu papel na escola?

Quando perguntamos aos conselheiros da escola do campo Pedro Vale, em nosso questionário de pesquisa, notamos que as maiorias dos conselheiros estavam conscientes do seu papel de promover, fiscalizar e mobilizar a comunidade sobre os problemas e os interesses da escola como um todo e também se sentem membros participante e assíduo do processo de gestão democrática da escola. No entanto alguns conselheiros disseram que eles devem ir além destas tarefas, e se envolverem também nas questões pedagógicas, como nos casos de repetência e evasões por parte dos educandos, procurando buscar soluções juntos com a direção da escola· e para ilustrar este quesito, vejam a tabela a seguir:

TABELA 6

Conselheiro A Os conselheiros precisam acompanhar também as questões de cunho pedagógicos, como os casos de repetência e evasão escolar, buscando soluções junto com direção da escola.

Conselheiro B Possuem a função de mobilizar e informar a categoria que representa e decidirem o que for melhor para a escola.

Conselheiro C Fiscalizar mobilizar e promover junto com o diretor, melhorias na escola.

Conselheiro D Representar a categoria mobilizar promover as ações da escola.

Fonte: Questionário de pesquisa de campo- pedagogia – PARFOR /UFPA- 2014.

O entanto segundo caderno do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares publicação do (MEC) ministério da Educação e Cultura no ano de 2000, que possuem as funções de formar e qualificar os conselheiros escolares em todo o Brasil através de convênios com as secretarias de educação municipais, o papel dos conselheiros indica que: O Conselheiro é um militante na

construção da democracia e cidadania. Participa como corresponsável na construção de uma educação escolar inclusiva e de qualidade social. Sua prática é um processo de formação humana e exigem momentos específicos de qualificação, que se realiza pela qualificação da prática educativa escolar.

Todavia os conselhos escolares são Responsáveis por tornar a gestão da escola mais democrática, os conselhos reúnem todos os segmentos da comunidade escolar em torno de um objetivo comum: a melhoria do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o resultado da pesquisa, pudemos perceber, que na escola do campo, em que foi desenvolvida a pesquisa, tanto pais, funcionários, alunos e professores, disseram haver um compartilhamento dos problemas que ocorrem na unidade escolar. Embora muitos desafios sejam lançados para as escolas rurais, nem todas possuem um aglomerado de dificuldades que impedem a realização de um bom trabalho.

Contudo vimos que os conselheiros estão conscientes a cerca dos seus papeis sociais e suas funções dentro dos conselhos escolares vimos também que os conselhos nas escolas do campo só se diferenciam dos conselhos das escolas urbanas em razão de suas dificuldades locais, e dos problemas cotidianos do campo que são diferentes dos que acontecem nas cidades, pois a sua formatação é baseada nas normas regimentais e as discussões acontecem de formas parecidas o que realmente muda são as problemáticas.

No entanto percebemos que todos que estão envolvidos no processo educativo abordaram que a gestão escolar envolve todos nas decisões da escola, não há como negar que a gestão escolar não seja participativa e democrática.

Portanto mergulhar no ensino que as escolas do campo possuem é um verdadeiro horizonte de saberem inseridos no processo educativo. Essas escolas apresentam um ambiente mais calmo e arejado para as crianças estudarem, sem contar que o processo de ensino-aprendizagem evoluiu muito nas últimas décadas, ou seja, atualmente há menos alunos no campo, existem professores formados e as crianças possuem transporte e merenda escolar, o que contribui muito para a formação delas.

Pudemos observar que nem todas as pessoas têm uma visão otimista da vida no campo, e, muitas vezes, nem as que vivem lá. Todavia, é importante compreender que a vida na zona rural é formada por diversas culturas, vivas na sociedade, e independente da profissão que exercem, têm uma enorme função na humanidade, assim como qualquer outro trabalho. De certo ponto de vista, o trabalho desenvolvido pelos agricultores é de sustentabilidade, pois cultivam diversos alimentos que sustentam muitos cidadãos.

Sabemos que a cultura e os valores desses agricultores influenciam no processo de ensino-aprendizagem das crianças na escola do campo. Os alunos possuem uma concepção construtora da realidade em que vive, na escola do campo uma oportunidade de socializar as experiências, as ideias e os conhecimentos que trazem do cotidiano.

Todavia as famílias do campo também podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no conselho escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares. Os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. Para que esta valorização ocorra, é necessário que os Conselhos Escolares reflitam sobre esses trabalhadores: quem são, qual a sua trajetória histórica, que lugar ocupam na divisão social do trabalho, as razões da desvalorização social ou desprestígio que sofrem e o que pode e deve ser feito para que esse processo de valorização continue e dê bons frutos. O objetivo político-pedagógico desse processo é o de resgatar a importância desses trabalhadores no campo educacional, contribuir para que a escola possa tornar-se um espaço efetivo de mediação, de formação humana e de exercício da democracia participativa, visando à construção de uma sociedade igualitária e justa. Razões da desvalorização social ou desprestígio que sofrem e o que pode e deve ser feito para que esse processo de valorização continue e dê bons frutos

Devemos priorizar reflexões sobre a Educação do Campo e as Escolas do Campo, a partir do entendimento das organizações sociais dando destaque aos conselhos escolares como uma estratégia ímpar nesse contexto de democratização da educação e da sociedade.

Os conselhos escolares juntos com as escolas devem procurar ampliar o debate em torno do princípio da igualdade e do desenvolvimento, focalizando algumas questões cruciais para a educação no cotidiano das escolas. O aprofundamento desse debate na escola é potencialmente rico por possibilitar a todos os profissionais da educação, aos pais e aos estudantes ampliarem a compreensão e as vinculações da escola com a sociedade e com os projetos socioeducativos, bem como o (re) conhecimento dos mecanismos de exclusão e discriminação de quaisquer ordens presentes na sociedade e na escola, para melhor enfrentá-los e superá-los.

REFERENCIAS.

ARROYO, Miguel. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas.** In: MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, DF: MDA, 2006.

ALONSO, Myrtes. **O Papel do diretor na administração escolar.** 6.ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. (atuação)

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96** 1

BRASIL **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares,** Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, Brasília – DF, novembro, 2004.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação: o município e a escola.** In: FERREIRA, Naura & AGUIAR, Márcia (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Parecer nº 36/2001, Brasília: MEC, 2003.

BRASIL, Resolução 1/ 2002, CNE.

BOF, Alvana Maria (Org.). **A Educação Rural no Brasil.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Educação do campo: Diferenças mudando paradigmas. A Legislação Brasileira e Educação do Campo.** 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educação do campo/ caderno.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educa%7Cao%20do%20campo/caderno.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **“É possível um ato desinteressado?”** In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação.* Campinas-SP: Papirus, 1996.

DIAS, José Augusto. **Gestão da Escola.** In: MENESES, João Gualberto de Carvalho (Org.). **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** São Paulo: Thomsin Learning, 2001.

FERNANDES, Bernardo. **Os Campos da pesquisa em Educação no campo: espaço e território como categorias essenciais.** In: MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, DF: MDA, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GOULART, L., PACHECO, E., e ARANHA, I. **Educação pode reduzir êxodo rural,** 2005.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O papel dos colegiados na gestão escolar.** Texto de apoio para a série Fazendo Escola, Brasília: MEC, 2004.

_____. **A democratização da educação básica no Brasil.** TV Escola, Rio de Janeiro: Programa Salto para o Futuro, 2005.

_____. **Conselho Escolar e educação com qualidade social**. TV Escola, Rio de Janeiro: Programa Salto para o Futuro 2006.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Conselho Escolar e a Educação no Campo**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica, 2006.

INEP/IBGE. **A democratização da educação no Brasil**. Estudo desenvolvido pelo INEP sobre o Censo Demográfico 2000, no tocante à educação tendo como consultora: Regina Vinhaes Gracindo (UnB).

INEP. **Sínteses de indicadores sociais**, 2004.

IBGE Instituto brasileiro de Geografia e Estatísticas 2006.

LUCK, Heloísa **Gestão educacional vol. I** Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2006.

_____ **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional vol. II**

_____ **A Gestão Participativa na Escola vol. III**, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. Unesco

LIMA, Luciano C. **Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

MEC/CNE, Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação. 2002.

MEC/SECAD - **Educação do Campo**, www.mec.gov.br/secad - Acessado em 20/11/2005.

MEC/SEB, **Cadernos dos Conselhos Escolares**, 5 volumes. Brasília: MEC, 2004.

MEC. **Gestão democrática: teoria e prática**. Produção: Rede Brasil, Realização: TV escola – MEC. 2012.

PANNEKOEK, Anton. **Os Conselhos Operários**, 1936

PARO Vitor H. **Administração escolar. Introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002

PELLEGRINI, M.Z. **Administração participativa: teoria e práxis**. In: Revista Brasileira de Administração de Educação 4(2), Porto Alegre, juldez. 1986.

RODRIGUÊS, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RUDÁ, Ricci. **Esboços de uma nova concepção de educação do meio rural brasileiro**. <http://www.serrano.neves.nom.br/downloads/educrural.pdf> x

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens no campo**. Alternância ou Alternâncias? Viçosa: UFV, 2003.

_____. **A democratização da educação básica no Brasil**. TV Escola, Rio de Janeiro: Programa Salto para o Futuro, 2005.

_____. **Conselho Escolar e educação com qualidade social**. TV Escola, Rio de Janeiro: Programa Salto para o Futuro, 2005.

TEXEIRA, Lenilza Maria. **Gestão e planejamento nas organizações escolares**. Jornal Mundo Jovem, ano 46, n° 383, fevereiro, 2008.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n.14 (esp.), p. 61-88, maio/ago. 2000. [500 anos de educação escolar].

UNDIME, **Educação do Campo** – www.undime.org.br - Acessado em 02/01/2006.

ANEXOS E/OU APENDICES

APENDICE A:

Questionário de Pesquisa Gestão Escolar Democrática na Escola do Campo Zona Rural com ênfase ao conselho Escolar da Escola Pedro Vale, localizada no assentamento do P.A - Curimã.

Idade----- função----- Quanto tempo de participação na escola-----

Escolaridade-----sexo----- casado (a)-----

Solteiro (a)-----

1 como funciona o conselho escolar da sua escola?-----

2 os representante do conselho participam diretamente da reuniões? Sim ()
não () Porque?-----

3 na sua opinião o que mudou na escola após a implantação do conselho escolar?

4 cite alguns pontos positivos ou negativos desse processo em sua escola-----

4 na sua opinião as decisões são realizadas democraticamente com direito de voz e de voto? Sim () Não ()

5 na sua opinião pra que servem os conselheiros escolares e qual o seu papel na escola?-----

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ PLANO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR – CURSO DE PEDAGOGIA

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

INSTRUÇÕES

Prezado Professor

Este questionário destina-se a coleta de dados da pesquisa que realizo na Graduação no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, sob o título: **GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO** Estudo de caso na zona rural do município de Marabá - Pará, com ênfase ao Conselho Escolar da Escola “Pedro Vale” localizada no assentamento - P.A. Carimã.

Para a realização deste estudo solicito sua valiosa e imprescindível colaboração no preenchimento deste questionário para o enriquecimento desta pesquisa. Desde já agradeço a contribuição neste processo de construção do conhecimento e o tempo que dispensará para colaborar com este estudo. Solicito atenção para o **comando de cada questão**. Por princípios éticos seu questionário será resguardado em total sigilo quanto a sua identidade. Logo **não precisa identificar-se nominalmente**.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

HUMBELINA CABRAL RIBEIRO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Ofício Circular nº. 77

Marabá, 04 de novembro de 2013.

A(o): Digníssimo (a) Sr(a).

Diretor (a) da escola:

Juraci Alves Vieira
E.M.E.F. Pedro Valle

Da: Profª. Amanda Caroline Soares Freires

Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Sr (a) Diretor (a),

Ao cumprimentar vossa Senhoria informamos que _____, aluno (a) do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Marabá/ PARFOR – solicita permissão para realizar pesquisa na referida escola/Órgão municipal para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Tal solicitação se faz necessária para que possamos completar o processo avaliativo dos alunos, considerando a relevância dessa atividade tão necessária como experiência acadêmica e integralização curricular.

Certa de vosso apreço, agradecemos nos colocando à disposição.

Atenciosamente,

Amanda Caroline S. Freires
Profª Amanda Caroline Soares Freires
Campus Universitário de Marabá/UFPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Apresentação do estudo:

O objetivo do trabalho é analisar as principais atividades desenvolvidas pelo conselho escolar que avaliaram a gestão desastrosista.

Esta pesquisa é parte das atividades de Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Professora Amanda Caroline Soares Freitas da Universidade Federal do Pará.

Sobre a participação dos representantes da Comissão Escolar:

A única participação da pesquisa aplicando um questionário aberto com representantes da Comissão Escolar.

Saber os cuidados éticos:

A participação nesta pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o participante resolver não mais continuar, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer dano.

Como pesquisadora, me comprometo em esclarecer devidamente e adequadamente qualquer dúvida ou atender qualquer necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Ao Participante: